



A Nova Lei de Petróleos de Moçambique

O QUE AS COMUNIDADES PRECISAM DE SABER



Moçambique está a rever a sua Lei do Petróleo — a principal lei que regula como os projetos de petróleo e gás são aprovados e geridos. O Assembleia da República aprovou as alterações na generalidade; As disposições detalhadas ainda estão a ser finalizadas. As comunidades em áreas ou nas proximidades com operações de petróleo e gás precisam de compreender o que está a mudar. Esta lei afecta diretamente os direitos da terra, meios de subsistência da pesca e agricultura, habitação, reassentamento, partilha de benefícios e quem tem voz real nas decisões.

POR QUE PRESTAR ATENÇÃO AGORA?

O Governo afirma que as revisões propostas irão fazer melhor aproveitamento dos recursos energéticos de Moçambique, apoiar o desenvolvimento económico e atrair investimento. Esses objetivos não são novos, nem estão errados. Mas as comunidades já ouviram promessas semelhantes antes.

Moçambique possui grandes reservas de gás natural. Isso não se traduziu em bem-estar para a maioria das comunidades anfitriãs. O padrão em países comparáveis é consistente: a riqueza extrativa concentra-se no topo enquanto os custos recaem sobre as populações locais — perda de terras, deslocamento, poluição, promessas quebradas. Por isso, as comunidades têm razão em olhar para além do enquadramento do Governo e perguntar o que a lei realmente garante, especificamente, para elas.

O QUE É NOVO?



Acordos vinculativos com as comunidades afetadas

As empresas que detêm direitos petrolíferos poderão celebrar acordos legalmente vinculativos com pessoas que detêm direitos numa área afetada, ou com comunidades afetadas pelo projeto.

Isto importa porque existe uma longa lista de compromissos não cumpridos no sector extractivo de Moçambique — promessas de reassentamento, números de compensação, compromissos de responsabilidade social — sem nada que os faça cumprir. Um acordo vinculativo é, pelo menos, a estrutura correcta. O problema é que o dotar de carácter vinculativo não significa justo. As empresas chegam com advogados, especialistas técnicos e tempo. As comunidades normalmente não trazem nenhuma dessas coisas.

A NOVA LEI DE PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE

Antes de qualquer acordo ser assinado, as comunidades precisam de respostas:

- Quem fala pela comunidade e como foram escolhidos?
- O que deve a empresa divulgar antes de começarem as negociações?
- Está disponível apoio jurídico e técnico independente para a comunidade?
- O que acontece se a empresa não cumprir o acordo?
- As comunidades podem contestar termos aceites sob pressão ou sem informação adequada?

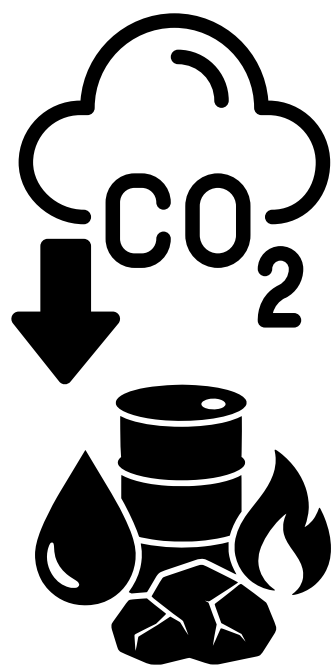
Se estas perguntas não tiverem respostas claras, o acordo protegerá a empresa mais do que a comunidade.

Relatórios de conformidade em direitos humanos

As empresas podem ser obrigadas a preparar e submeter relatórios de conformidade sobre direitos humanos. Os requisitos de divulgação têm valor — criam um registo documental e estabelecem uma base para a responsabilização. Mas um relatório não significa nada a menos que haja uma consequência quando revela problemas. As comunidades precisam de saber quem analisa estes relatórios, se serão acessíveis ao público e que solução existe quando são encontradas violações. Se essas respostas não forem claras ou deixadas para a empresa, a exigência de reporte é em grande parte simbólica.



Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS)



A lei revista inclui disposições para o CCUS — tecnologia concebida para captar as emissões das operações de combustíveis fósseis e armazená-las ou reaproveitá-las.

O CCUS é apresentado como uma solução climática. É também utilizado rotineiramente pela indústria dos combustíveis fósseis para justificar a continuação e expansão da extração. As comunidades próximas dos locais de armazenamento precisam de conhecer os riscos de segurança e ambientais, quem regula a tecnologia e quem a monitoriza a longo prazo. A preocupação mais profunda é esta: a CCUS não altera quem suporta os custos da extração. Isto altera o argumento da indústria sobre porque é que esses custos valem a pena suportar.

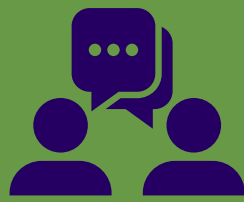
Segurança jurídica

As reformas enfatizam a "segurança jurídica" — regras claras, estáveis e previsíveis que dão confiança aos investidores. Essa é uma preocupação legítima. Mas uma lei que é precisa quanto aos direitos das empresas e vaga sobre direitos comunitários é uma lei que protege o capital, não as pessoas. Segurança jurídica para as comunidades significa regras aplicáveis sobre direitos sobre terras, proteção da pesca e dos meios de subsistência, reassentamento, participação e acesso a recursos — com a mesma especificidade das disposições de investimento. Se esses estiverem ausentes ou vagos, a lei é incompleta independentemente do que diga sobre a confiança dos investidores.



O QUE DEVEM OBSERVAR AS COMUNIDADES LOCAIS?

Consultas reais



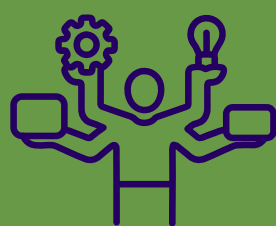
As comunidades não devem ser informadas sobre decisões que já estão efetivamente tomadas. Consulta real significa informação oportuna e acessível; a verdadeira oportunidade de influenciar os resultados antes de ficarem presos; e opiniões da comunidade que são realmente refletidas nas decisões, não apenas anotadas.

Direitos que se mantêm na prática



Uma cláusula de direitos numa lei é o ponto de partida, não o fim. A protecção prática exige acesso aos tribunais, procedimentos funcionais de reclamação, protecção contra intimidação e remédios reais – não promessas de revisão.

Desenvolvimento que se manifesta na vida das pessoas



Os números de receita não significam nada por si só. Pergunte especificamente: que empregos vão para as pessoas locais, que serviços irão melhorar, que compensação será paga e quando, quem gere o dinheiro e como as comunidades saberão se é desviado.

Partilha de benefícios com os dentes



As comunidades que organizam a extração recebem rotineiramente muito pouco dos rendimentos gerados pelas suas terras. A lei deve especificar como os benefícios são calculados, distribuídos e verificados. Sem isso, "partilha de benefícios" é uma expressão, não um compromisso legal.

O ESSENCIAL



As comunidades não devem ser obrigadas a absorver os custos do desenvolvimento petrolífero em troca de promessas vagas de benefício. Proteções legais claras e exequíveis não são uma exigência irrazoável. Eles são a linha de base.

**Não existe segurança jurídica para investidores sem
segurança jurídica para as comunidades.**